

## A EDUCAÇÃO ENTRE A UTOPIA E A CIÊNCIA

Rafael Britto de Souza\*

Vicente Thiago Freire Brazil\*

**Resumo:** Não seria exagerado afirmar que o pensamento utópico no campo pedagógico é tão antigo quanto este o é no campo político, *vide* a *República* de Platão. Pretende-se elencar alguns argumentos que explicitem ao mesmo tempo a atração de muitas teorias pedagógicas pela forma de pensamento utópico e as implicações que este tipo de pensamento pode produzir, tanto do ponto de vista teórico, quanto do ponto de vista social. Partindo da leitura de Karl Popper e Comte-Sponville, categorizamos as implicações do pensamento utópico em suas consequências antropológicas e epistemológicas. Terminamos por concluir que o preço desta atração para o campo da educação pode ser a impossibilidade da ciência, o atraso na solução gradual de problemas pontuais, e o embargo da democracia.

**Palavras-Chave:** Utopia; Falsificacionismo; Projeto Pedagógico.

## EDUCATION BETWEEN UTOPIA AND SCIENCE

**Abstract:** It would not be an overstatement to say that the utopian thinking in pedagogical literature is as old as the field itself, *vide* the *Republic* of Plato. In this paper we put forward some arguments that explicit the attraction of this line of thinking in educational literature and its theoretical and social implications. The anthropological as well as the epistemological consequences of the utopical thinking in education are discussed according Karl Popper and Comte-Sponville. The paper concludes its reasoning by delineating the argument that the utopian thinking in education can be dangerous when it leads to the abandonment of gradual solution of complex problems and democratic solutions in name of a more perfect and total transformation of reality that nonetheless is not feasible in the present moment.

**Keywords:** Utopia; Falsifiability; Pedagogical Project.

Considerando bem tudo, prefiro o Moreira ao mundo astral; prefiro a realidade à verdade; prefiro a vida, vamos, ao mesmo Deus que a criou. Assim, ma deu, assim a viverei. Sonho porque sonho, mas não sofro o insulto próprio de dar aos sonhos outro valor que não o de

---

\* Professor Assistente da UECE. Doutor em Avaliação Educacional pela UFC (2018). Possui graduação em Psicologia pela Unifor (2011) e graduação em Pedagogia pela UFC (2003). Possui mestrado em Filosofia pela UECE (2007) e mestrado em Psicologia pela UFC (2008). Atuando principalmente nos seguintes temas: pragmatismo, epistemologia, behaviorismo, estereótipos, identidade e psicologia social experimental. E-mail: rafael.britto@uece.br.

\* Professor Assistente da UECE. Doutor em Filosofia pela UFC. Desenvolve pesquisas na área da Filosofia da Educação, em Filosofia Antiga, Ensino de Filosofia e Filosofia da Religião. E-mail: vicente.brazil@uece.br.

serem o meu teatro íntimo, como não dou ao vinho, de que, todavia, me não abstenho, o nome de alimento ou de necessidade da vida. (PESSOA, p. 210).

As utopias, enquanto descrições de sociedades não-existentes, mas desejáveis, povoam o pensamento político ocidental há alguns séculos. A história das idéias pedagógicas, por sua vez, também se mostra recheada de utopias, não sendo um exagero dizer que as utopias pedagógicas originaram-se simultaneamente às políticas, caso se considere a *República* de Platão como a primeira utopia ocidental e se entenda esta obra como uma utopia fortemente orientada pela necessidade de remodelar os cidadãos mediante uma prática educativa formal.

Obviamente, um conceito que é tão pervasivo e pode ser encontrado em diversos autores de diversas áreas do conhecimento e momentos históricos distintos não é um conceito unívoco. Mas não é apenas a definição de utopia que varia. Não existe consenso também acerca de uma taxonomia (religiosas, políticas, tecnológicas, comportamentais), da utilidade social, da valoração ou da função das utopias dentro dos sistemas teóricos.

Como um caso exemplar das confusões terminológicas que podem se originar da falta de precisão conceitual acerca das utopias, veja-se Marx. Karl Marx (1988) criticou, no *Manifesto do Partido Comunista*, Robert Owen, Saint-Simon e Charles Fourier por considerá-los socialistas utópicos. Neste contexto, Marx utilizou-se do adjetivo ‘utópico’ de forma depreciativa, como aquilo que se opõe ao científico, no caso seu próprio modelo de socialismo. O modelo proposto por Marx, de uma coletivização dos meios de produção, gerado pelo próprio desenvolvimento dos meios de produção capitalista, culminando em uma ditadura inevitável do proletariado, foi por sua vez, criticado por Popper (1974) como sendo ele mesmo utópico.

O epíteto de “utópico” atribuído por Popper a Marx era pejorativo, pois segundo sua leitura, a teoria social de Marx, entre outras características, pecava por apresentar uma visão determinista da história, era ingênua por acreditar que mudanças radicais e globais poderiam suplantam satisfatoriamente as funções desempenhadas pelas instituições sociais vigentes e também seria totalitária, haja vista a potencial justificativa dada a qualquer sacrifício presente no altar da utopia vindoura da sociedade sem classes.

Certamente Marx criticava a utopia como oposto à ciência, mas isto não o deteve de construir uma utopia profética, que contradiz uma leitura científica da história e agride o princípio da falseabilidade inerente a qualquer saber científico (POPPER, 2010).

Outros autores, com Paulo Freire (1982) acreditavam serem necessárias utopias, não como previsão do futuro, mas como estimulantes do processo político-pedagógico de crítica do mundo existente tendo em vista a criação de um mundo vindouro mais humano.

A questão do sonho possível tem a ver exatamente com a educação libertadora, não com a educação domesticadora. A questão dos sonhos possíveis, repito, tem a ver com a educação libertadora enquanto prática utópica. Mas não utópica no sentido do irrealizável; não utópica no sentido de quem discursa sobre o impossível, sobre os sonhos impossíveis. Utópico no sentido de que é esta uma prática que vive a unidade dialética, dinâmica, entre a denúncia e o anúncio, entre a denúncia de uma sociedade injusta e exploradora e o anúncio do sonho possível de uma sociedade que pelo menos seja menos exploradora, do ponto de vista das grandes massas populares que estão constituindo as classes sociais dominadas. (Freire, 1982, p.100).

Marx e Freire certamente se referiam a realidades conceituais diferentes quando falavam de utopia. Para Marx, utopia aparece como um termo pejorativo, que se opõe à revolução e à ciência (os socialistas utópicos). Em Freire, utopia aparece como um ideal de libertação, que se opõe à domesticação e à conivência com uma sociedade injusta. Em Popper, por seu turno, a utopia aparece como incompatível tanto com ciência como com uma sociedade justa.

Popper se apresentar como o filósofo social que melhor articulou uma crítica às utopias. Sendo, para ele, a tarefa de elaborá-las e perseguí-las um dos grandes empecilhos à melhoria dos problemas sociais concretos.

Há muitos problemas urgentes que poderiam ser resolvidos, pelo menos parcialmente, como ajudar os fracos e doentes e os que sofrem injustiças e opressões; combater o desemprego, promover igualdade de oportunidades, evitar crimes internacionais, como a extorsão e a guerra urdidas por pessoas semelhantes a deus, dirigentes onipotentes e oniscientes. Tudo isso poderíamos conseguir se parássemos de sonhar com ideais distantes e parássemos de lutar pelos nossos projetos utópicos. (POPPER, 1981, p.5).

O pensamento utópico, como entendido por Popper (1988, v1. p.173) parte do pressuposto de que qualquer ação racional deve iniciar pelo estabelecimento prévio de seu fim, seguido da escolha dos meios mais adequados à sua consecução. Assim, em termos políticos, o pensamento utópico pressuporia que:

Apenas quando este fim definitivo for determinado, pelo menos em toscos traços, apenas quando estivermos de posse de um projeto da sociedade que visamos, só então poderemos começar a considerar os melhores meios de sua realização e traçar um plano para a ação prática. (POPPER, 1988, v.1, p.173).

Ao longo de sua obra de filosofia social, Popper elenca vários problemas, teóricos e práticos, associados a esta ideia aparentemente inofensiva e razoável. Nos deteremos especificamente em algumas questões antropológicas e epistemológicas.

### **Crítica Antropológica às utopias**

Do ponto de vista antropológico, esta postura se enreda em um de dois problemas. Ou pressupõe que os homens tais como existem no presente se adaptariam e desfrutariam da vida na sociedade atualizada no futuro utópico; ou, por outro lado, pressupõe um descompasso entre o ser humano atualmente existente e o ser humano necessário à vida no modelo de sociedade almejada e capaz de ser feliz nela.

No primeiro caso, há um problema lógico. Pois se os homens das sociedades atuais da forma como vivem, desejam e satisfazem suas necessidades pudessem ser igualmente ou mais felizes nesta utopia, então de duas uma. Ou a utopia não é tão diferente assim da sociedade atual, eliminando a necessidade de uma mudança tão abrangente na sociedade. Ou então, as pessoas deveriam ser reeducadas em vistas a serem capazes de apreciar a vida e contribuir adequadamente para o funcionamento da sociedade remodelada pela utopia.

A primeira alternativa exclui a necessidade de utopias, não sendo preciso, portanto, discorrer sobre ela. O problema com a segunda alternativa não é apenas de ordem prática, uma vez que toda utopia implicaria necessariamente não apenas a remodelação da sociedade como um todo, mas também dos homens atuais em homens adequados a estas sociedades remodeladas. Ou seja, as utopias seriam não apenas

sociedades imaginadas ideais, mas acabariam por pressupor também a existência de um ser antropológicamente distinto do homem tal qual o conhecemos hoje.

Para Popper (2010) portanto, parece escapar ao bem-intencionado utopista o fato de que este projeto implica uma admissão de fracasso, antes mesmo que ele o lance. Isto porque o projeto utópico de remodelação global das instituições sociais substitui a demanda de que construamos uma nova sociedade, na qual o homens e mulheres possam viver bem, pela exigência complementar de que ‘moldemos’ esses homens e mulheres para que eles se enquadrem em uma nova sociedade imaginada pelos utopistas (POPPER, 2010, p.303-4).

A grande quantidade de utopias pedagógicas, assim como a atração dos pedagogos por projetos de engenharia social utópicos pode ser remontada, entre outros fatores, a esta interdependência inerente das utopias à projetos educacionais de remodelação dos homens ou de modelação das crianças para adequarem-se à vida social nas utopias do porvir.

Quando os educadores não são atraídos às utopias pelo papel proeminente que desempenhariam nelas, observa-se uma criação de utopias pelos próprios educadores como forma de exaltação do seu próprio trabalho educativo. Como lembra Paulo Freire “Sem sonho e sem utopia, sem denúncia e sem anúncio, só resta o treinamento técnico a que a educação é reduzida” (Freire, 2000, p.124). Ou seja, parece que a construção da visão da educação como uma instituição social inerentemente transformadora e libertadora, pairando alguns centímetros acima das demais determinações sociais vigentes, pressupõe ou a inserção da educação em um projeto utópico existente, ou a construção propriamente pedagógica de uma utopia. A alternativa, bem mais prosaica e realista, seria encarar a educação como uma instituição social como qualquer outra, funcionalisticamente integrada às demais forças sociais. Uma instituição na qual caberia aos professores ensinarem os valores e conhecimentos importantes para o funcionamento e melhoria gradual dos sujeitos e da sociedade na qual estes estão inseridos.

### **Críticas epistemológicas às utopias**

Do ponto de vista epistemológico, projetos de engenharia social utópica careceriam invariavelmente de atributos necessários à sua inclusão no rol de teorias ou propostas científicas. Isto seria verdade, na concepção popperiana (2010), independente do conteúdo específico de qualquer utopia.

A concepção de ciência de Popper parte do pressuposto de que “o trabalho do cientista consiste em formular e testar teorias” (Popper, 2010, p.131). Assumidamente pintando um quadro simplificado, mas esclarecedor dos cientistas e das teorias científicas, Popper afirma que estes:

Trabalham com conjecturas ousadas e com tentativas severas de refutar as próprias conjecturas. Meu critério de demarcação entre ciência e não ciência é uma simples análise lógica desse quadro. Sua fecundidade demonstrará até que ponto ele é bom ou ruim. As idéias ousadas são hipóteses ou conjecturas novas e arrojadas. E as rigorosas tentativas de refutá-las são debates críticos e testes empíricos severos. Quando uma conjectura é ou não é arrojada, no sentido que proponho aqui? Resposta: ela só é arrojada quando assume grande risco de ser falsa – quando as coisas podem ser diferentes e, na sua época parecem ser diferentes. (POPPER, 2010, p.118).

O falsificacionismo de Popper assume que o conhecimento científico avança pelo processo de conjecturas e refutações. Não sendo um verificacionista, Popper não pressupõe que a ciência se distinga do senso comum por ter provado verdadeiras suas teorias. Tendo contornando o clássico problema da indução, sintetizado por Hume, Popper compreende a assimetria entre asserções universais e particulares. Sabe assim que a indução é insatisfatória como prova definitiva de verdade: “jamais poderemos fornecer razões positivas que confirmem a crença em que uma teoria é verdadeira”. (Popper, 2010, p. 186).

Porém, não resvala no irracionalismo, ou ceticismo. Mantém a concepção de verdade como uma idéia reguladora (Popper, 2010, p.187) do progresso científico, que deve ser orientado para a eliminação do erro e não para a obtenção da verdade: “O jogo da ciência é, em princípio, interminável. Quem declarar, algum dia, que os enunciados científicos não requerem nenhum teste adicional e podem ser considerados definitivamente testados, retira-se do jogo”. (Popper, 2010, p. 138).

O problema da inclusão de qualquer utopia no rol das teorias deve-se à inerente inadequação antropológica dos atributos dos homens atuais à vida na utopia vindoura

(discutido anteriormente). Por este motivo não seria possível, em princípio, determinar se o fato de os homens não serem felizes naquela sociedade deve-se à falhas na sociedade, ou a falhas nos homens atuais que foram levados a viver nela, e por isso não são capazes de apreciá-la.

É claro que isso afasta qualquer possibilidade de se avaliar o sucesso ou o fracasso, pois aos que não gostam de viver na nova sociedade resta admitir que ainda não estão aptos a viver nela e que seus ‘impulsos humanos’ precisam de maior ‘organização’. Sem a possibilidade de testagem, evapora-se qualquer pretensão de que se esteja empregando um método ‘científico’. A abordagem holística é incompatível com uma atitude verdadeiramente científica. (POPPER, 2010, p. 304).

Encerraremos este pequeno esboço da relação da ciência com a utopia e da aproximação ou afastamento da educação em relação a elas, fazendo menção a pelo menos duas consequências apontadas por Popper (2010) decorrentes da adoção do pensamento utópico. Similarmente àquelas apresentadas anteriormente, estas consequências podem ser vistas como afastando o pensamento utópico dos métodos e requisitos necessários ao progresso da ciência, assim como simultaneamente, exercendo uma atração sobre os interessados em exaltar a importância ou centralidade das práticas educativas.

As consequências da adoção de utopias apresentadas abaixo seguem o raciocínio das objeções de Popper à premissa básica do utopismo, segundo a qual “um experimento social (se é que isso existe) só teria validade se fosse realizado em escala holística”. (POPPER, 2010, p.305).

O primeiro erro a ser apontado nesta premissa, segundo Popper (2010) é que ela ignora dois fatores importantes. O primeiro sendo que, de fato, boa parte de nosso conhecimento sobre o mundo social deriva de experimentos graduais, realizados cotidianamente, por comerciantes, professores, pais, empresários etc. Certamente, esses conhecimentos não aderem ao modelo de rigor dos experimentos propriamente científicos, mas tampouco são negligenciáveis. E em última instância “as duas abordagens podem ser descritas como adeptas do método de ensaio e erro” (Popper, 2010, p.306) e nada impediria que suas técnicas fossem aperfeiçoadas de modo sistemático na direção de uma maior cientificidade. Não haveria, assim motivos para descartar as mudanças de engenharia social gradual como inválidas a priori do ponto de

vista científico, e usar esta afirmação como prova da necessidade de mudanças utópicas e holísticas.

O segundo problema da pressuposição dos utopistas, é mais grave e as razões disso são tanto técnicas quanto morais (Popper, 2010, p. 307). Do ponto de vista técnico, experimentos de engenharia social utópicos, devido a sua natureza holística, nunca podem ser avaliados. Isto se deve não apenas à questão antropológica colocada acima, mas também ao problema de isolar as variáveis responsáveis ou não pelo sucesso do empreendimento. Uma vez que um número grande de instituições sociais e práticas culturais são alteradas no experimento utópico, torna-se impossível distinguir quais fatores contribuem para o sucesso do empreendimento, e quais fatores são impeditivos do mesmo.

Quando se fazem muitas coisas ao mesmo tempo, é impossível saber qual medida específica é responsável por qualquer um dos resultados; ou melhor, se atribuirmos determinado resultado a uma dada medida, só podemos fazê-lo com base num conhecimento teórico previamente adquirido, e não no experimento holístico em causa. Esse experimento não nos ajuda a atribuir resultados específicos a medidas específicas; só podemos atribuir ao experimento o resultado global, sendo difícil avaliar o que isso significa. (POPPER, 2010, p. 307).

Em outras palavras, este tipo de ‘experimento’ não contribui em nada para o progresso da ciência, pois não permite o isolamento de variáveis independentes e intervenientes, e, portanto, não aponta em que aspecto a teoria foi confirmada e em que aspecto ela foi refutada.

A consequência moral das teorias utópicas é ainda mais nefasta, também trai uma impossibilidade científica e exerce um maior empuxo em relação às teorias pedagógicas. Primeiramente, como pressupõem uma mudança holística na sociedade, precisam enfrentar oposição de muitas pessoas por um tempo consideravelmente longo. Isto implica silenciar a oposição (pelo menos a irrazoável) tempo suficiente até que os resultados da mudança apareçam. Assim fazendo, silenciam também as críticas sensatas. “Por isso, torna-se difícil avaliar os dados, isto é, as repercussões do plano em cada cidadão; sem esses dados, a crítica científica se torna impossível”. (POPPER, 2010, p. 308).



Adicionalmente, os defensores das utopias esquecem também que “[...] é fácil centralizar o poder, mas impossível centralizar o conhecimento” (POPPER, 2010, p. 308) e a unificação do saber seria condição necessária à manutenção do poder centralizado. Aí entra, de forma privilegiada, a educação e a propaganda, como formas de padronizar o conhecimento e eliminar as diferenças que potencialmente podem ser danosas à utopia. Por um processo de complementaridade, o conhecimento tende a ser destruído à medida que o poder é centralizado, uma vez que o processo de tentativa e erro, que leva ao progresso científico é embargado, ao se silenciar os críticos dos erros. Novamente, uma incompatibilidade com a ciência e uma demanda de educadores dispostos a “melhorar o mundo”.

### **Considerações Finais**

Ao se disporem a “melhorar o mundo” mediante a adoção de utopias, os educadores certamente podem pressupor estar fazendo um trabalho de esclarecimento, libertador, ou crítico. O problema é que, ao aderirem à idéia da utopia, subscrevem também à teoria da ‘coincidência de ser e valor’, de que o normativo e o descritivo estão do mesmo lado (COMTE-SPONVILLE, 2006, p. 158). Assim, a idéia de que o reino dos fins está além do escopo das ciências sociais, como defende Popper (2010, p.300), é contrariada pelos utopistas que, como vimos, pressupõem o estabelecimento de uma meta final antes de empreenderem o processo de mudança social.

Aqui os pedagogos que partilham do pensamento utópico, resvalam inevitavelmente em Platão, como fica claro em Stalin, manifestando o caráter platônico do marxismo (COMTE-SPONVILLE, 2006, p. 162): “O desenvolvimento do inferior ao superior se faz pelo conhecimento antecipado do superior, que precede assim sua própria realização”.

Nas utopias, em geral, pode-se dizer que a pedagogia substitui a democracia. Democracia: ‘livre’jogo (regulamentado por uma lei) das forças e dos desejos. Pedagogia: supressão do erro pela revelação da verdade. É por isso que a generalização da pedagogia a toda uma sociedade sempre serve para ocultar a ausência de uma verdadeira democracia. (COMTE-SPONVILLE, 2006, p. 162).

Assim, a atração de algumas teorias pedagógicas pelas utopias, poderia ser tentativamente justificada pela importância atribuída a estas teorias no pensamento utópico, a um desejo genuíno de um mundo melhor, a uma intolerância às injustiças sociais vistas como evitáveis, entre outros fatores. O preço desta atração pode ser alto e incluir a impossibilidade da ciência, o atraso na solução gradual de problemas pontuais, e o embargo da democracia.

### Referências

- COMTE-SPONVILLE, André. **Tratado do desespero e da beatitude**. Martins Fontes: São Paulo, 2006.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.
- FREIRE, Paulo. Educação: o sonho possível. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **O educador: vida e morte**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, p.89-101, 1982.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2000.
- PESSOA, Fernando. **Livro do desassossego**: composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa. São Paulo, SP: Companhia de Bolso, 2010.
- POPPER, Karl. **A sociedade aberta e seus inimigos**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Univ. de São Paulo, 1974. 2v.
- POPPER, Karl. **Conjecturas e refutações**. Brasília: UNB, 1972.
- POPPER, Karl. **Textos escolhidos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.
- POPPER, Karl. **“Utopia e violência”**. In: O racionalismo crítico na política. Coletânea de ensaios. UNB, 1981. P. 3-12.